



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

26 de Março 2014



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                         |                           |                         |
|-------------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> Nota 10 | <b>Editoria:</b> Educação | <b>Data:</b> 26/03/2014 |
| <b>Assunto:</b> PNE     |                           | <b>Página:</b> Online   |



# Definição do PNE é adiada mais uma vez

Pedido de vista coletivo de deputados da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) adiou a votação do parecer apresentado pelo relator da matéria, deputado Ângelo Vanhoni (PT). Agora, a votação terá que aguardar o prazo mínimo de duas sessões ordinárias do plenário da Câmara.

O ministro da Educação, José Henrique Paim, disse que espera a aprovação do PNE no Congresso Nacional até o mês de abril. "Esperamos que seja aprovado rapidamente e que os municípios se apropriem do seu conteúdo. O Congresso está trabalhando na direção de aprovar até o mês de abril", disse.

Entre os pontos que estão gerando polêmica estão a inclusão da promoção das discussões de igualdade de gênero e de orientação sexual nas escolas e a destinação de 10 % do PIB para a educação pública.

Segundo o presidente da Frente Parlamentar da Educação do Congresso, deputado Alex Canziani (PTB-PR), as questões importantes foram resolvidas pelos deputados e o plano deve ir em breve para votação. "O relator manteve o texto da Câmara em que trata da destinação de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública. Já o texto aprovado pelos senadores estabelecia o investimento do mesmo percentual do PIB em educação, não necessariamente pública, o que poderia beneficiar universidades particulares por meio do Fies e do ProUni", aponta Canziani. Entretanto, para o deputado da educação, esses programas, mais o Pronatec, ficaram mantidos de acordo com texto da Câmara. "Sim, nossa expectativa é que tenhamos nas próximas semanas o PNE aprovado", afirmou o parlamentar paranaense.

O PNE estabelece metas para a educação a serem cumpridas nos próximos dez anos. Entre as diretrizes estão a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar. O plano também destina 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação – atualmente são investidos no setor 5,3% do PIB brasileiro. O projeto tramita no Congresso há três anos.

A proposta, que já havia sido aprovada pelos deputados em 2012, sofreu alterações no Senado e, por essa razão, voltou para apreciação da Câmara. Após ser aprovado na comissão especial, o relatório ainda precisará ser examinado pelo Plenário.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                         |                           |                         |
|-------------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> Nota 10 | <b>Editoria:</b> Educação | <b>Data:</b> 26/03/2014 |
| <b>Assunto:</b> PNE     |                           | <b>Página:</b> Online   |



### **Câmara promoverá videochat na quinta com relator do PNE**

A Câmara dos Deputados realizará na quinta-feira (27), às 11 horas, um videochat com o relator do Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10), deputado Angelo Vanhoni (PT- PR). O plano, que já havia sido aprovado pelos deputados em 2012, sofreu alterações no Senado e, por essa razão, voltou para análise da Câmara.

O videochat será transmitido ao vivo pelo portal Câmara Notícias e pela TV Câmara e terá duração de uma hora. Qualquer pessoa poderá participar, enviando perguntas pela internet (em bate-papo que estará disponível no dia do debate) ou pelo Disque Câmara (0800 619 619).

No último dia 20, Vanhoni apresentou um novo parecer à comissão especial da Câmara que analisa o PNE. O texto precisa ser votado na comissão especial e, em seguida, pelo Plenário.

O PNE estabelece diretrizes, metas e estratégias para o ensino no Brasil nos próximos dez anos. O texto trata de temas como o percentual mínimo de investimento no setor, o salário de professores, as escolas em tempo integral e a matrícula de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino.

Vanhoni, que também foi relator do texto na Câmara em 2010, defende em seu novo parecer a destinação de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública, mantendo a redação aprovada pelos deputados em 2012. Os senadores mantiveram o mesmo percentual de investimento, mas abriram a possibilidade de universidades particulares receberem recursos por meio do Fies e do ProUni. Vanhoni discorda dessa alteração.

De acordo com a Coordenação de Participação Popular da Câmara, o novo Plano Nacional de Educação alcançou em março o primeiro lugar em atendimentos no Disque-Câmara, com 877 ligações, sendo 860 para manifestar críticas ao texto. Desde o início de 2014, o projeto está em segundo lugar em volume de atendimentos pelos canais interativos da Câmara, perdendo apenas para o projeto de marco civil da internet (PL 2126/11).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Somente na semana de 17 a 23 de março, foram 804 comentários contrários ao PNE e 5 a favor. Um dos pontos mais polêmicos do texto é a diretriz que trata da superação de desigualdades educacionais. O texto aprovado na Câmara fala em "ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual", o que motivou críticas ao texto.

"Não sou de acordo em colocar as palavras: gênero, igualdade de gênero e orientação sexual. Solicito a retirada dessas palavras do Plano Nacional de Educação", disse Tatiane Dias Figueiredo, de Santa Terezinha (BA).

Também contrária ao texto, Maria Ercilia Mais, de Praia Grande (SP), afirmou, por meio do Disque-Câmara, que o projeto contraria seus princípios religiosos. "Sou a favor de uma educação sexual nas escolas e contrária à liberdade sexual", disse.

Apesar de o Senado ter modificado o texto para tornar genérica a referência às formas de discriminação, Vanhoni se posicionou favorável ao texto da Câmara nesse ponto.

O relator acatou a emenda do Senado que garante a oferta de educação inclusiva aos estudantes com deficiência e proíbe a exclusão deles do ensino regular sob a alegação de deficiência pedagógica.

Vanhoni também manteve a meta de universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência ou superdotados, preferencialmente na rede regular, assegurando a disponibilidade de salas com recursos multifuncionais.

Em relação à alfabetização, o relator manteve o texto da Câmara, que prevê a meta de, em dez anos da vigência do plano, alfabetizar todas as crianças até o final do 3.º ano do ensino fundamental.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                                  |                           |                         |
|----------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> ADJORI           | <b>Editoria:</b> Educação | <b>Data:</b> 26/03/2014 |
| <b>Assunto:</b> Pró Universidade |                           | <b>Página:</b> Online   |



### **SED e Pró Universidade lançam o edital do pré-vestibular 2014**

A Secretaria de Estado da Educação (SED) e o curso Pró Universidade lançam oficialmente, nesta quarta-feira (26), o Edital de inscrições para o pré-vestibular Pró Universidade. Serão oferecidas 5,4 mil vagas, sendo 3,4 mil presenciais e 2 mil a distância. O início das aulas está previsto para o mês de maio.

As inscrições para as vagas presenciais, distribuídas em 29 cidades do Estado, podem ser feitas até o dia 23 de abril no site: [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br) ou [www.prouniversidade.com.br](http://www.prouniversidade.com.br). As vagas a distância serão disponibilizadas em edital posterior, para as cidades que não serão contempladas com a modalidade presencial.

A diretora de Educação Básica e Profissional da SED, Marilene Pacheco, destaca que este ano o projeto conta com três novidades em relação a 2013: a inclusão de uma unidade na cidade de Garopaba, a ampliação do número de vagas presenciais, atendendo mais 200 alunos, e a criação de 2 mil vagas para a modalidade a distância.

A iniciativa é voltada para jovens da rede pública estadual de ensino que tenham disponibilidade para frequentar o curso de 2ª a 6ª feira, no horário de aula escolhido pelo candidato. Não existe aplicação de prova, o critério de seleção é a análise do histórico escolar do interessado.

Segundo o coordenador-geral do curso, Otávio Auler Rodrigues, a proposta do projeto Pró Universidade é de se adequar melhor às mudanças ocorridas no processo de inserção de alunos no ensino superior, preparando não somente para os vestibulares da UFSC e UDESC, mas também para as provas do IFSC, UFFS, IFC, Acafe (ingresso por meio de bolsas) e Enem. “Também está voltado ao ingresso no ensino superior em instituições privadas por meio dos programas federais ProUni e SISU”, explica.

O Pró Universidade é considerado o maior curso preparatório público e o que mais aprova no Brasil há 10 anos. É oferecido pela Secretaria de Estado da Educação, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Cidades sedes do Pró Universidade

Araranguá, Balneário Camboriú, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Garopaba, Imbituba, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Maravilha, Palhoça, Rio do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São José, São Miguel do Oeste, Tubarão e Xanxerê.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                                    |                           |                         |
|------------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> Diário Catarinense | <b>Editoria:</b> Educação | <b>Data:</b> 26/03/2014 |
| <b>Assunto:</b> Punição na escola  |                           | <b>Página:</b> on-line  |

### DIÁRIO CATARINENSE

## **Especialistas apontam que conversar com os alunos ainda é o melhor caminho antes de aplicar punições na escola**

*Especialistas acreditam que castigo tardio não é a saída para punir crianças na escola. Secretaria de Educação se reuniu com direção, mãe e professora que proibiu aluno de ir à aula de educação física e tratou o caso como encerrado*

O caso de uma professora de educação física de uma escola da zona Norte de Joinville que proibiu uma criança de seis anos de participar de atividades na educação física por mais de uma semana, após quatro dias de uma briga entre colegas, repercutiu ontem nas redes sociais. Muitos concordam com a atitude da educadora. Outros optam pela compreensão e a conversa entre professor e aluno.

A Secretaria de Educação avaliou que a atitude da professora não configurou castigo, apesar de os pais procurarem o Conselho Tutelar e registrarem até um boletim de ocorrência. Mesmo assim, a professora foi orientada a não repetir o episódio \_ para não causar novo mal-estar. Para especialistas, qualquer forma de castigo deve ser evitada. Punição, só em últimos casos.

A psicóloga e doutora em educação Rosânia Campos, professora da Univille, avalia que a melhor forma para tratar um caso de desobediência em sala ou, no caso, uma briga entre coleguinhas é mediar e ouvir a criança, principalmente.

— O professor precisa escutar e conversar. É um grande desafio que ele tem. Se foi uma briga por brinquedo, ele pode perguntar às crianças qual seria a melhor maneira de elas mesmas resolverem. O professor precisa entender que ele pode ensinar, inclusive, no conflito — aponta Rosânia.

Para a mãe da criança, a reunião que ocorreu na tarde de ontem na Secretaria de Educação serviu para esclarecer alguns fatos.

Ela não foi contra a punição ao seu filho, mas não gostou de o castigo ter chegado dias depois do fato (havia passado um fim de semana), sendo que ele já havia sido esclarecido na direção da escola no dia em que ocorreu a briga entre as crianças.

—Meu filho foi hoje (ontem) para a escola porque eu disse que não teria aula de educação física. A professora precisará conquistar a confiança dele, para ele perder o medo. Espero que isso ocorra — diz a mãe.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

De acordo com a diretora da escola, a professora está disposta a evitar que o episódio se repita. Para a Secretaria de Educação, o caso já está encerrado.

Em nota, a Prefeitura afirmou que "ficou esclarecido que não houve castigo, apenas a retirada do aluno de uma aula de educação física e colocado ao lado da quadra de esporte para assistir à aula, sem participar".

### Regras

Para a doutora Rosânia Campos, a escola é uma entidade com regras que devem ser cumpridas. Cabe ao professor explicar aos alunos quais são elas. Atitudes como tirar o estudante da aula ou mandar para a direção resolvem o problema na hora. Mas as crianças não aprendem.

— Se o aluno não respeita, a professora pode conversar com ele no final da aula. Mas isso deve ser feito no mesmo dia. Para a criança, ganhar punição dias depois pode ficar confuso — orienta Rosânia.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

|                                    |                           |                         |
|------------------------------------|---------------------------|-------------------------|
| <b>Veículo:</b> Diário Catarinense | <b>Editoria:</b> Educação | <b>Data:</b> 26/03/2014 |
| <b>Assunto:</b> Livro didático     |                           | <b>Página:</b> on-line  |

### DIÁRIO CATARINENSE

#### **Escola desenvolve livro didático exclusivo para seus estudantes**

*Material personalizado facilita o aprendizado com características vivenciadas no dia a dia das crianças*

Para aprimorar o aprendizado das crianças e oferecer características vivenciadas no dia a dia dos estudantes, os professores da Escola Barão do Rio Branco desenvolveram um material didático exclusivo. O Livro de Projetos Integrados, que ganhou o carinhoso nome de Lipi, unifica os conteúdos trabalhados em sala de aula com os temas: Educação Ambiental, Educação Financeira, Valores, Formação de Leitores e Robótica Educacional, que consiste no uso de peças de jogos para elaboração de formas. Os assuntos fazem parte do conteúdo trabalhado na escola e que, até então, não eram apresentados através de materiais didáticos. “De forma transversal e interdisciplinar conseguimos não só fazer a integração entre os programas institucionais, mas garantimos que todos os estudantes recebam um conhecimento de qualidade e dentro da sua realidade”, afirma um dos autores do livro, o professor Sandoval Reginaldo Pinheiro.

O material foi produzido de acordo com a vivência diária dos estudantes do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. “O Lipi vai agregar agilidade na dinâmica curricular. Onde todos os projetos estão inseridos em um único material, facilitando o trabalho e o estudo dos estudantes de maneira clara e objetiva”, conta a professora Magrit Fröelich Kruger, que também é autora do livro.

O Lipi conta com ilustração exclusiva. Uma profissional desenvolveu todas as imagens de acordo com o conteúdo que os estudantes trabalham em sala de aula. “O Lipi estimula e desenvolve a curiosidade, a necessidade de saber, de compreender a realidade. De uma forma prazerosa, lúdica e inteligente, o material possui as personagens de nossa própria história (escolar). Sendo assim, não teremos que parar um conteúdo para iniciar outro. Tudo acaba ficando interligado”, acrescenta a professora Monica Weingärter Otte, mais uma autora do material.

Para o estudante do 2º ano, Rafael Muxfeldt Belli, o Lipi se tornou um companheiro de aprendizado. “Ele tem várias matérias, as figuras são bonitas, tem bastante literatura e muita coisa legal. Eu acho que a gente vai descobrir muitas coisas novas com o Lipi”, acrescenta. A estudante do 2º ano, Júlia Petkov Merege, acredita que o material vai ajudar a tornar o dia a dia ainda mais sustentável. “O livro é bem legal e educativo. Ele nos ensina muitas coisas



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

como a Robótica, por exemplo, que nos instrui em como utilizar as peças para construir coisas e cuidar da natureza”, finaliza.

A Escola Barão pretende produzir mais livros didáticos exclusivos. Os professores estão realizando pesquisas para a produção dos novos materiais ainda em 2014.



## Notícias do Dia

# Escola fechada quatro vezes volta a funcionar

**HYURY POTTER**

hyury.potter@noticiasdodia.com.br

@ND\_Online

O reforço na reforma da escola estadual Vicente Silveira, no bairro Passa Vinte, em Palhoça, surtiu efeito, depois de quatro interdições. No domingo, a Justiça liberou as aulas no local após uma vistoria técnica feita um dia antes.

A última suspensão foi motivada por uma ação do Ministério Público de Santa Catarina, que apontava problemas estruturais na instituição de ensino, apontadas por Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária. A Gerência Regional de Educação informou que todas as falhas foram resolvidas.

O juiz do TJSC (Tribunal de Justiça de Santa Catarina), André Augusto Messias Fonseca, foi o autor da decisão que impediu as aulas. O magistrado definiu na semana passada que a direção da escola teria dez dias para remanejar os estudantes para outra área, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil.

No entanto, após algumas melhorias feitas no local, a juíza Carolina Ranzolin Fretta, que estava de plantão no fim de semana, reverteu a decisão: "A premente necessidade de os alunos da referida instituição de ensino iniciarem as atividades do ano letivo, já com grande atraso, determino o levantamento da ordem de interdição da escola Vicente Silveira, podendo

serem iniciadas imediatamente as atividades de ensino em suas dependências".

A gerente Regional de Educação, Dagmar Pacher, comemorou a reabertura do local, mas admitiu que as obras ainda não foram concluídas. "Os problemas apontados eram simples, como falta de instalação de alguns bebedouros ou lâmpadas em sala de aula. Alguns locais ainda estão recebendo pequenos ajustes, como a biblioteca e outros ambientes. Mas nada suficiente para interromper o andamento das aulas", defendeu. No domingo, os pais foram avisados pela direção da liberação da Justiça e as crianças compareceram normalmente à aula, desde segunda-feira.

### Instituição atende

### 640 alunos

Desde 2012, ano em que parte da estrutura de três salas de aula desmoronou em uma área que já estava interditada, a escola estadual de Palhoça foi interditada quatro vezes. A instituição atende 640 alunos do ensino básico. No fim de 2012, a SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional) firmou acordo com o Ministério

Público se comprometendo em concluir as obras até 31 de janeiro de 2014. Durante todo o ano letivo de 2013, os estudantes tiveram aula na Faculdade Municipal de Palhoça. Já foram gastos R\$1,9 milhão nas obras de reforma da escola.